



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES

KRAINSKI, Luiza Bittencourt

Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo – PUC/SP

luizabk@uol.com.br

1. Introdução

As desigualdades econômicas e sociais presentes na realidade brasileira tornam a questão da inclusão das populações vulneráveis uma prioridade para as políticas públicas. Esta característica presente em grande parte das sociedades modernas busca a qualificação dos indivíduos para sua inserção no mercado de trabalho, para que possam participar, em situação de igualdade, da riqueza social, econômica, política e cultural coletivamente construída. Nesse sentido, a inclusão social se insere entre os temas prioritários do discurso político contemporâneo, como instrumento de constituição da cidadania e de consolidação da democracia em bases justas.

Nesta perspectiva de análise, o presente estudo centra-se no processo em curso no ensino superior brasileiro, que é o ingresso progressivo de estudantes de origem popular e de negros nas universidades públicas através do sistema de cotas sociais e raciais. A democratização do ensino superior com qualidade vem sendo discutida pela sociedade, exigindo o estabelecimento de políticas públicas que ampliem, não apenas o acesso, mas que garantam condições de permanência destes estudantes neste nível de ensino.

A desigualdade nas condições de acesso ao ensino superior pelos diferentes grupos esteve presente na pauta dos movimentos populares, de organismos internacionais, consistindo num dos grandes desafios a serem superados. Este debate ganha vulto principalmente nos anos de 1990 e tem propiciado a politização dos olhares sobre as desigualdades em nossa sociedade e a visibilidade de problemas de grupos historicamente discriminados.

A educação que, segundo a Constituição, é um dos meios de se alcançar a cidadania e a reversão das desigualdades sociais, começa agora a ser um dos principais



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

temas para discussão entre a sociedade civil e o Estado. Na última década foram adotadas, no Brasil, políticas inclusivas de ações afirmativas. Dentre os programas e ações, nas universidades públicas foi instituído o sistema de cotas sociais e raciais para pessoas egressas de escolas públicas e, para o ensino superior privado o acesso dos estudantes oriundos de escolas públicas ocorre através do Programa Universidade para Todos – PROUNI.

Assim, o objetivo deste trabalho consiste em analisar algumas políticas públicas recentes direcionadas ao ensino superior brasileiro. A reconstrução da trajetória do ensino superior faz-se necessária com destaque às lutas históricas pela sua democratização, contribuindo assim para a compreensão do tema em estudo, alvo de amplos debates e interesses tanto por pesquisadores com pela sociedade em geral.

2. O ensino superior no Brasil: elementos de sua história

O debate sobre democratização da universidade não pode se restringe exclusivamente a dimensão econômica, não sendo suficiente para entender tais desigualdades. Necessita de um aprofundamento analítico e reflexivo acerca de outras dimensões presentes neste processo, dentre estas as relações de poder que inferioriza e excluem grupos sociais presentes desde o início de nossa história.

Um olhar retrospectivo para a trajetória da instituição universitária no Brasil, desde a sua origem, mostra que o ensino superior no Brasil surge após três séculos de seu descobrimento. Na opinião de estudiosos como Cunha (1980) e Durhan (2005) seu início constitui um advento tardio. Sua implantação dentre os fatores foi para atender as necessidades dos jovens filhos das famílias da elite social e econômica do país. Com raras exceções, os jovens vindos de famílias menos favorecidas só conseguiam frequentar cursos superiores com o apoio da Igreja através do ingresso na vida religiosa.

Registra-se a criação a partir do século XIX das primeiras faculdades isoladas no país, tendo o “modelo napoleônico¹” como referência na sua estruturação. Estes cursos e

¹ No Brasil, apesar da tendência à privatização que se esboçou no final do império e ao longo da Primeira República, até a Constituição de 1988 prevaleceu o modelo napoleônico caracterizado pela forte presença do Estado na organização e regulação do ensino superior, em especial no caso das universidades. (SAVIANI, 2010, p.11) Este modelo é centrado em faculdades e escolas isoladas, de cunho



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

faculdades atendiam as necessidades da elite brasileira, como os cursos jurídicos e de medicina, exercendo grande influência na mentalidade política do Império. (FÁVERO, 1999). Para Darcy Ribeiro, “Desafortunadamente, este foi o modelo mais imitado na América Latina desde a independência e daí se pode perceber suas conseqüências prejudiciais.” (RIBEIRO, 1975, p. 74)

Houve um crescimento significativo na oferta de faculdades e de matrículas formando-se anualmente, grande número de doutores e bacharéis para atender às necessidades governamentais e, ao mesmo tempo, da elite local. A alteração neste sistema somente veio com a reforma realizada em 1915 reorganizando o ensino secundário e superior, e a introdução do exame vestibular. É nítido um movimento de contenção do fluxo de passagem do ensino secundário para o superior, através de medidas como introdução dos exames vestibulares, exigência de certificado de conclusão do ensino secundário, limite de vagas e introdução de critério classificatório, constituindo uma tentativa de regulamentar o ensino superior.

Para Durhan (2005, p. 201), o cenário da educação nesse momento era composto por instituições católicas empenhadas em oferecer uma alternativa confessional ao ensino público e, por iniciativas da elite local que buscavam dotar seus estados de estabelecimentos de ensino superior, os quais contaram com apoio dos governos estaduais em algumas das instituições. Começa neste momento a diversificação do sistema que perdura até os dias de hoje no âmbito do ensino superior brasileiro composto por instituições públicas, federais ou estaduais, ao lado de instituições privadas, confessionais ou não.

Com o fim da velha república consolidam-se as primeiras idéias de universidade no Brasil. As questões educacionais ganham peso nos debates políticos, associa-se a intelectualidade ao poder com vistas à formação de cidadãos e a modernização das elites, criando-se um vínculo estreito entre educação e mercado de trabalho. A Igreja apesar de sua influência, não estabeleceu o domínio desejado sobre o ensino superior,

profissionalizante, estruturadas de forma independente, com dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

embora tenha logrado êxito na introdução do ensino religioso de forma facultativa nas escolas públicas.

A reforma do governo Vargas instituiu as universidades e definiu o formato legal a ser seguido por todas as instituições criadas no Brasil. Não propôs a eliminação das escolas autônomas e nem negou a liberdade para o setor privado, especialmente o confessional, o qual já era bem forte, no entanto, centralizou as questões relacionadas ao sistema educacional superior. Foi um período marcado “... por uma intensa disputa pela hegemonia em relação à educação, especialmente em relação ao ensino superior, que então se tratava entre as elites católicas conservadoras e intelectuais liberais”. (DURHAN 2005, p. 203 apud Schwartzman et al, 1990)

Também afloraram nessa época, projetos de uma “universidade proletária”, o objetivo era assegurar acesso e oportunidades de estudo aos jovens trabalhadores. No entanto, destaca Cunha,

Não se esperava que os filhos dos trabalhadores fossem concorrer com os jovens das camadas médias que estudavam engenharia e obtinham o tratamento de “doutor”, pois aqueles iriam fazer cursos superiores de engenharia de curta duração. (...) Assim concebida, a Universidade do Trabalho estaria completamente segregada da universidade propriamente dita, sem qualificativos (ou o qualificativo do intelecto estaria oculto?) (CUNHA, 1989, p. 99)

O sistema de ensino superior cresce lentamente até os anos de 1960, período em que ocorre a expansão do sistema com a formação da rede de universidades federais, a criação das universidades católicas, o surgimento das instituições estaduais e municipais de ensino de menor porte em todas as regiões do país. Concomitante a este crescimento entra em cena o movimento estudantil reivindicando reformas profundas em todo o sistema educacional e a substituição de todo o setor privado. Admitiam a manutenção da Pontifícia Universidade Católica (PUC) – São Paulo e Rio de Janeiro, porém com um direcionamento para as causas sociais com base nas teorias da Teologia da Libertação. Estas instituições apoiaram o movimento estudantil através da juventude católica, transformando-se posteriormente num segmento importante de resistência ao regime militar.

O regime militar propôs uma profunda reforma no ensino superior, promovendo uma reformulação e modernização do sistema de ensino no Brasil. A Reforma



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Universitária, de alto impacto, promulgada pela Lei nº 5.540/68 altera de forma significativa a estrutura da educação superior, implantando um sistema altamente centralizado, com a criação de institutos, faculdades e/ou escolas, organizado em departamentos, fragmentando as unidades existentes e fortalecimento da pós-graduação².

Havia uma forte pressão social da classe média para ingressar na universidade, resolvendo o problema nas instituições públicas com a multiplicação das matrículas nos cursos tradicionais e a ampliação e expansão desordenada das instituições privadas. Neste período tanto o setor público como o setor privado foram beneficiados com os resultados da política econômica do regime militar, apresentando as maiores taxas de crescimento. O aumento da demanda por ensino superior está associado ao crescimento econômico, às novas oportunidades de trabalho nos setores mais modernos da economia e no aparelho estatal. O setor público ao contrário do setor privado não se preparou para este momento, o qual de forma pragmática foi capaz de absorver estas demandas através da oferta de cursos de baixo custo e exigência acadêmica menor tanto no ingresso como na sua permanência.

A década de 1980 constitui-se em uma marca não somente em razão da Constituição promulgada em 1988, mas pelas reivindicações por mudanças no sistema educacional, em especial as relacionadas à melhoria da qualidade da educação. Neste período, tanto o setor público quanto o privado foram atingidos pela estagnação no ensino superior não ocorrendo crescimento significativo tanto de unidades de ensino como de matrículas. A expansão ocorreu nos cursos noturnos, concentrando-se no setor privado de ensino com o objetivo de atender uma parcela da sociedade já inserida no mercado de trabalho e, portanto, impossibilitada de frequentar os cursos diurnos.

A segunda fase de forte expansão do ensino superior ocorre a partir da segunda metade da década de 1990, onde o sistema experimenta uma vigorosa aceleração. O crescimento do ensino superior ocorreu na vigência da Constituição que referendou os princípios da autonomia universitária e da indissociabilidade do ensino-pesquisa e extensão, fixou as normas básicas da participação do setor privado na oferta de ensino e

² A ampliação ocorreu nos cursos tradicionais, na organização das instituições de ensino federais, no estímulo a pesquisa e na qualificação com o apoio de órgãos governamentais como CAPES e CNPQ.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

da LDB que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional. Sob forte inspiração do modelo neoliberal preconizado pelo Banco Mundial um conjunto de medidas foram implementadas³ reestruturando a educação superior no Brasil, incluindo um “novo” padrão de modernização e de gerenciamento para o ensino universitário.

Em função do esgotamento da capacidade do Estado de investimento no setor público do ensino superior, sua participação foi continuamente reduzida. Dados apontam que em meados dos anos 1990 as instituições públicas respondiam por 42% das matrículas e no início do século XXI temos uma diminuição drástica para menos de 30% delas. (MACEDO, 2005) Essa redução é mais significativa quando se analisa apenas o segmento federal de instituições públicas, sua participação passa de 20,8% em 1995 para 14,6% em 2003. A referência a lógica privatista é clara, atendendo aos interesses mercantis, resultando em uma proliferação descontrolada de cursos e instituições no âmbito privado.

A educação torna-se, no Brasil e no mundo uma mercadoria rentável, apoiada oficialmente como uma política de estado para o setor, transformando-se “em uma das mais importantes atividades econômicas do país constituindo-se em um dos pilares de sustentação da pretensa “democratização” do acesso ao ensino superior”. (MINTO, apud CAÔN e FRIZZO, 2009)

No entanto, a expansão numericamente privada não atende a demanda existente para o ensino superior, pois o acesso e a permanência de grande parte dos estudantes com baixa renda têm relação concreta com as condições existentes em termos de capital cultural, construídas ao longo da trajetória escolar e de vida.

Esta preocupação se faz presente na fala do então Ministro da Educação Fernando Haddad que vale a pena ser lembrada, quando ressalta que o desafio no ensino superior é a ampliação do acesso de jovens entre 18 e 24 anos às universidades brasileiras, sendo que apenas 12,1% dessa população freqüentam alguma Instituição de

³ Para Saviani, o modelo napoleônico, que marcou fortemente a organização da universidade no Brasil, veio ao longo dos anos de 1980 sendo reajustado. A tendência era a alteração desse modelo, operando-se um deslocamento no padrão de ensino superior no Brasil, tendo origem na distinção entre *universidades de pesquisa* e *universidades de ensino*. Neste modelo há um maior estreitamento dos laços da universidade com as demandas do mercado. (SAVIANI, 2010, p.11)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Ensino Superior. Um índice muito aquém de países da América Latina, como é o caso do Chile (21%) e da Argentina (47%). A expectativa do governo federal, de acordo com o PNE (Plano Nacional de Educação), é atingir o índice de 30%, até 2011. (BARONI, 2008)

Vale lembrar que toda a legislação proposta desde a Constituição e o PNE inspirados no princípio da democratização como expressão da minoração das desigualdades e na efetivação dos direitos não tem sido eficiente em seus propósitos. Avançamos muitos em leis, no entanto, na prática este acesso tem sido restrito e em muitos casos seletivo, sendo “destinado” o acesso e permanência no ensino superior aos alunos com menor capital social e cultural aos cursos de menor prestígio. Estas iniciativas apenas reproduzem e reforçam as desigualdades do sistema capitalista ao invés de contribuir no processo de democratização do ensino superior.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado pelo governo federal estabeleceu dentre seus objetivos “reduzir desigualdades sociais e regionais se traduz na equalização das oportunidades de acesso à educação de qualidade”. (BRASIL, 2009) Dentre as ações propostas especificamente para o ensino superior tem-se a: Universidade Aberta do Brasil (UAB), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Programa de Bolsa Institucional de Iniciação a Docência (PIBID), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Programa Universidade para Todos (ProUni) e reformulação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET’s). Além dessas ações, outras medidas que priorize a inserção de grupos minoritários como programas de cotas e programas pré-vestibulares gratuitos estão sendo implantados.

Embora de grande abrangência, estas políticas não deve se limitar a ampliação das vagas, mas deve abarcar a qualificação, a inclusão, a excelência, a qualidade, a universalização em termos quantitativos e qualitativos.

3. Política de cotas: particularidades de sua implantação na Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

No Brasil, a discussão sobre a emergência e implantação das propostas de acesso dos jovens das camadas populares e de negros ao ensino superior se deu a partir dos anos de 1990 através de um caloroso debate tanto na sociedade como nas universidades públicas que orientaram as ações afirmativas. Estas ações buscaram atuar no sentido de promover a representação de grupos vulneráveis da sociedade, assegurando seu acesso a determinados bens econômicos ou não. Estas políticas visam corrigir as lacunas deixadas pelas insuficiências das políticas universalistas.

No contexto desta discussão, no Estado do Paraná/Brasil, a política de cotas para alunos de escola pública e para alunos negros começou a ser discutida na primeira metade da década em curso, quando universidades federais e estaduais tomam a iniciativa da implantação de cotas. Dentre as universidades do Paraná a Universidade Estadual de Ponta Grossa/BR. foi a terceira a implantar cotas sociais e raciais após a Universidade Federal de Paraná e a Universidade de Londrina. Atualmente consiste uma política do governo presente em todas as instituições estaduais e federais de ensino superior do Paraná, cada uma com suas especificidades.

Inversamente a outras universidades que responderam a pressões de movimentos sociais, na universidade em estudo a proposta tomou forma concreta com estudos desenvolvidos pela Pró-reitoria de Graduação, conduzindo amplo debate através de consulta pública à comunidade interna e externa quanto às cotas para negros e alunos de escolas públicas. Para qualificar esses debates foram organizados fóruns de discussão e palestras nas várias instâncias e espaços públicos.

Os debates e atividades internas e externas foram muito polêmicos, no entanto, resultaram na aprovação pelo Conselho Universitário em 2006 com acesso no ano de 2007, estabelecendo dentre os critérios para realização do vestibular, ter cursado dois anos do ensino médio em escola pública, sendo alterado após para todas as séries. Este programa foi aprovado para ser implantado nos próximos 08 anos com avaliação anual da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política de Cotas, a qual vem monitorando e reformulando as ações desenvolvidas com vistas a favorecer não somente o acesso, mas também a permanência destes alunos no ensino superior.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A partir de 2009 implantou-se um sistema informatizado para a coleta de dados contribuindo tanto na avaliação do sistema de cotas como na organização dos dados quantitativos dos alunos quanto ao desempenho e situação acadêmica.

Os resultados anuais de 2007 a 2009 mostram que o desempenho do aluno cotista não difere das médias dos alunos ingressantes por cota universal, sendo que, em parte expressiva dos casos, as médias dos alunos ingressantes por cota de escola pública são superiores. Neste sentido, cai a tese de que esta política rebaixaria o nível acadêmico dos cursos da universidade. Observou-se que ao final do ano de implantação a taxa de evasão dos alunos cotistas negros foi maior, bem como a de retenção na série. (UEPG: 2008). Esta situação é corroborada no relatório de 2010, o qual traz as médias finais, sendo:

Repetiu a tendência dos resultados obtidos no relatório anterior, referente ao desempenho acadêmico de 2007, cujas médias finais foram 5,3 para cotas de negros, 6,6 para cotas de escola pública e 6,3 para cota universal. As médias finais, dados coletados em julho de 2010, para os três anos, 2007, 2008 e 2009, conforme já apresentados no corpo desse relatório foi de 5,7 (negros), 6,3 (escola pública) e 6,1 (cota universal). (UEPG, 2010, p. 48)

Alem do acompanhamento das notas e frequência, são realizados encontros coletivos com alunos, sendo ofertado aos alunos interessados, bolsas de extensão universitária ou de iniciação científica com acompanhamento do professor nas atividades. O preconceito pelo aluno que adentra a universidade pelo sistema de cotas vem nestes anos diminuindo através do repasse de informações dos resultados alcançados nos encontros realizados, na divulgação através dos meios de comunicação e internamente para a comunidade universitária.

Apesar das controvérsias, a política de cotas, em específico, na realidade da Universidade Estadual de Ponta Grossa tem procurando reverter o quadro de desigualdades que imperam em nossa sociedade. Democratizar o acesso e a permanência dos estudantes de escolas públicas, monitorar e acompanhar os programas desenvolvidos na universidade constitui-se em caminhos para se alterar este panorama.

4. Considerações Finais:



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

As desigualdades no acesso ao ensino superior principalmente de jovens oriundos de escola pública não se constituem em causa, mas consequência de uma sociedade, que vem priorizando, ao longo dos tempos, outras instâncias em detrimento das políticas sociais. A pouca atenção dada a qualidade do ensino médio, a falta de investimentos na educação, as desigualdades educacionais entre as classes sociais e a seletividade nas formas de ingresso dificultam o acesso a este nível de ensino, trazendo grandes desafios para os dias atuais.

Estes desafios referem-se à busca de qualidade da educação em todos os níveis de escolaridade, ao financiamento da educação, a projetos pedagógicos que contemplem a diversidade cultural e a uma aprendizagem efetiva, em especial, políticas públicas que priorizem os indivíduos que tiveram menores oportunidades educacionais.

Os desafios dizem respeito não somente às formas de ingresso, mas também de permanência no ensino superior que possibilitem contribuir com a democratização da educação e com a construção da cidadania. As demandas que estes estudantes enfrentam sejam de ordem social, econômica ou cultural, constituem-se em barreiras difíceis de serem superadas, materializadas nos procedimentos formais (acesso a bolsas, avaliações, recursos financeiros) e informais (relações sociais, processos simbólicos).

O acompanhamento das dificuldades apresentadas pelos alunos que adentram pelo sistema de cotas é necessário, porém não consiste em uma ação específica da Comissão que os acompanha, é tarefa conjunta dos professores, técnicos e dos estudantes, com mudanças de comportamentos e na criação de mecanismos que efetivamente garantam com qualidade a sua permanência.

Por fim, cabe destacar o papel fundamental das universidades públicas na redução das desigualdades principalmente entre os grupos socialmente excluídos. Sua principal função é dialogar com estes grupos, oferecendo espaços de superação e fortalecimento de sua condição.

Referências Bibliográficas:

AZANHA, J. M. P. Democratização do ensino: vicissitudes da idéia no ensino paulista. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 335-344, maio/ago, 2004.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

BARONI, L. Haddad admite que PDE ainda não mudou ensino superior Publicado em 19/05/2008. Disponível em: <http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?matéria=15935>. Acesso: 15/07/ 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília, MEC.

CAÔN, G. e FRIZZO, H. Acesso, **equidade e permanência no ensino superior**: desafios para o processo de democratização da educação no Brasil. UFTM/MG, 2009.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **A universidade crítica**. O ensino superior na republica populista. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2^a. ed. 1989.

DURHAN, E. Educação superior, pública e privada (1808-2000). In SCHWARTMAN, S. & BROCK, C. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2005.

DURHAN, E. SCHWARTMAN, S. Situação e perspectivas do ensino superior no Brasil: os resultados de um seminário. **Educação Brasileira**. Brasília, n°25, p.181-192, jul/dez, 1990.

FAVERO, M. de L. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n° 10, p.2, jan/abr., 1999.

MACEDO, A. R. et al. Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira. **Ensaio**: avaliação de políticas públicas Educacionais. Rio de Janeiro, v.13, n.47.p.127-148. abr/jun. 2005.

MAYORGA, C. et all. Universidade Pública no Brasil entre privilégios e direitos. In (org.) Mayorga, C. **Universidade Cindida, Universidade em Conexão**: ensaios sobre democratização da universidade, Belo Horizonte: Ed. UFMG. 2010.

RIBEIRO, D. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, v.8, n. 2 pp.4-17, ago/dez.2010.

SGUISSARDI, V. **Universidade Brasileira no século XXI desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Relatório das atividades de Acompanhamento e Avaliação da Política de Cotas na UEPG. 2008

_____. Relatório das atividades de Acompanhamento e Avaliação da Política de Cotas na UEPG. 2009.

_____. Relatório das Atividades da Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Cotas da UEPG, (2008-2010), 2010.